

O governo e o Congresso

JORNAL DE BRASÍLIA

Haroldo Hollanda

22 JUN 1990

Políticos do PFL, partido dos mais afinados politicamente com o Palácio do Planalto, atestam que o governo já não conta com maioria no Congresso para aprovar matérias de seu interesse imediato. Como não possui maioria, tem que ir empurrando com a barriga os projetos de sua iniciativa que tramitam pela Câmara e pelo Senado, valendo-se de processo muito corriqueiro no governo passado, qual seja o de não dar quorum em plenário. Atribui-se essa situação desconfortável à ausência de entrosamento que ainda perdura no seio do governo, onde autoridades dos mais altos escalões não estariam se entendendo entre si. Detecta-se também falta de sintonia entre a área política e os ministros e seus auxiliares imediatos. O ministro Ozires Silva, da Infra-Estrutura, continua a ser alvo de críticas constantes. Mas os que o criticam alegam em sua defesa que Ozires Silva, além de ter herdado um superministério, foi obrigado a conviver com secretários que não foram por ele indicados. Como o Ministério da Infra-Estrutura é muito grande e complexo pela própria natureza, agravaram-se seus problemas internos, em virtude do fato de que o ministro e seus secretários não tocam pela mesma música.

É também objeto de críticas a demora do governo em preencher cargos importantes do segundo escalão, com o que estariam ameaçados de paralisação setores essenciais da administração federal. O Banco do Brasil é citado como exemplo, três de suas diretorias não teriam sido preenchidas. No Banco do Nordeste situação similar estaria ocorrendo. Na Eletrosul, cujos trabalhadores estavam em greve, e que cobre uma área de importância vital para o País, há uma diretoria demissionária e outra que não tomou posse. O economista Rubem Vaz da Costa, um dos secretários do Ministério da Infra-Estrutura, é maliciosamente acusado pelos políticos de não obedecer às determinações do ministro Ozires Silva.

Outra constatação feita por parlamentares governistas é a de que o Palácio do Planalto e os ministros e seus colaboradores mais próximos estão agindo como

corpos independentes. De acordo com os que procedem a essas análises, falta a presença no governo de alguém que dê à administração federal um certo sentido de unidade. No fundo trata-se de uma guerra surda que os políticos travam contra os tecnocratas. Parlamentares do PDS e do PFL denunciam que uma parcela do governo só atende solicitações políticas partidas do PSDB. Tal fato, segundo eles, teria sua origem na circunstância de que vários tecnocratas, principalmente na equipe do Ministério da Economia, estariam muito afinados politicamente com o PSDB, senão engajados em suas posições políticas. Citam-se como exemplo nomeações barradas em São Paulo, à última hora, nas diretorias da Telesp e da Cosipa, que favoreceriam pessoas politicamente comprometidas com o PSDB. É a velha e surda luta da política brasileira por cargos.

Dívida Externa

O ex-ministro Eliezer Baptista, que colabora informalmente com a administração do presidente Fernando Collor de Mello, tem confidenciado a amigos seus que o governo brasileiro irá encontrar muitas dificuldades para negociar a dívida externa. A palavra de Eliezer Baptista reveste-se de importância, dadas as notórias ligações e conhecimentos íntimos que possui com a área internacional. A propósito do assunto, o senador Severo Gomes entrega hoje pessoalmente ao procurador-geral da República, Aristides Junqueira, carta do presidente do Senado, contendo as conclusões da CPI daquela cada do Congresso sobre dívida externa. No seu relatório final, a CPI, da qual também fez parte o então senador Itamar Franco, pede que sejam denunciados perante a Justiça brasileira os responsáveis pela negociação da dívida externa brasileira a partir de 1981, o que alcançaria, entre outros ministros, Delfim Neto e Bresser Pereira. A alegação principal que se faz contra eles é a de que teriam subordinado a interesses internacionais a soberania nacional. Uma batata quente nas mãos do procurador.